

Je

JORNAL DOS
ECONOMISTAS

ÓRGÃO OFICIAL DO CORECON-RJ E SINDECON-RJ

Nº 233 DEZEMBRO DE 2008



O que esperar de 2009?

Artigos de Leda Maria Paulani,
Miguel Bruno e Armando Castelar Pinheiro

Entrevista com
o filósofo
Leandro Konder



editorial

Para além de 2008

■ Nesta nossa última edição do JE de 2008, damos continuidade às abordagens que procuram interpretar a atual crise econômica mundial, e os seus reflexos na economia brasileira.

O texto elaborado pela professora Leda Maria Paulani, da FEA/USP, aponta neste sentido e é mais uma contribuição que relaciona as mudanças implementadas no país pelo projeto neoliberal – desde a sua fase mais agressiva, no período da gestão de FHC, até a atual etapa, representada pelo governo do ex-sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva – e a vulnerabilidade do país frente às oscilações do cenário internacional, que ficam agora mais explícitas.

Procuramos, também, ampliar um pouco mais o escopo interpretativo das análises que temos publicado, apresentando aos nossos leitores avaliações prospectivas da economia brasileira para o ano de 2009, a partir de diferentes pontos de vista. Neste aspecto, temos o artigo de Miguel Bruno, professor da FCE/UERJ e da ENCE/IBGE, assessor de Projetos Especiais – Crescimento e Desenvolvimento do IPEA e recém-eleito membro conselheiro do Corecon/RJ, além da contribuição de Armando Castelar, professor do IE-UFRJ e atualmente trabalhando na Gávea Investimentos.

E neste esforço de ampliar as nossas referências para o entendimento da crise, destacamos, acima de tudo, a nossa entrevista mensal, onde inovamos e fomos ouvir Leandro Konder, professor de filosofia, mestre de várias gerações e marxista convicto.

O que um filósofo teria a nos dizer, economistas, neste momento de crise do capitalismo em escala global?

Além disso, é inegável que pensadores como Keynes e Marx voltam com destaque ao centro do debate sobre as alternativas que se colocam em discussão, neste momento. E na seqüência da anterior entrevista realizada na edição passada do JE, com o economista de orientação keynesiana Fernando Cardim, acreditamos que com as palavras de Konder estamos procurando alargar e iluminar os caminhos que temos à frente, nesta aventura que é a construção das nossas sociedades.

E nas tradicionais contribuições do Fórum Popular do Orçamento, é apresentada uma análise sobre o que podemos esperar das propostas de orçamento para 2009, no âmbito do estado do Rio de Janeiro, e nos municípios do Rio e de Niterói.

Tenham uma ótima leitura, aproveitando a ocasião para desejar aos nossos leitores um bom Natal e um ano de 2009 pleno de realizações e esperanças de um mundo menos injusto e mais fraterno. **Je**

SUMÁRIO

3

Leda Maria Paulani

Bolhas brasileiras

5

Miguel Bruno

A economia brasileira e a crise americana: o que esperar para 2009

7

Entrevista

Leandro Konder**“Os economistas conservadores sempre acabam encontrando a explicação para as causas da crise depois da crise ocorrer”**

10

Armando Castelar Pinheiro

A Economia Brasileira em 2009

13

Presidente do Cofecon descumpre liminares em eleição de conselheiros federais

14

Fórum Popular do Orçamento

Novo governo, novo orçamento?

16

Estudante de Campo Grande vence Concurso de Redação**Resultados preliminares da Anpec**

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz ou na internet: www.programafaixalivre.org.br

Je JORNAL DOS ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Gilberto Alcântara, Gilberto Caputo Santos, Gisele Rodrigues, José Antônio Lutterbach Soares, Paulo Mibielli, Paulo Passarinho, Rogério da Silva Rocha, Ruth Espinola Soriano de Mello e Sidney Pascotto da Rocha • **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro • **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866) • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (21 2437-2960) - rossana.henriques@gmail.com • **Ilustração:** Aliedo • **Caricaturista:** Cássio Loredano • **Fotolito e Impressão:** Folha Dirigida • **Tiragem:** 13.000 exemplares • **Periodicidade:** Mensal • **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20054-900
Telefax: (21) 2103-0178 ramal 22 • **Correio eletrônico:** corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: João Paulo de Almeida Magalhães • **Vice-presidente:** Paulo Sergio Souto
Conselheiros Efetivos: 1º terço (2008-2010): Reinaldo Gonçalves, Ruth Espinola Soriano de Mello, João Paulo de Almeida Magalhães – 2º terço (2006-2008): Gilberto Caputo

Santos, Edson Peterli Guimarães, Paulo Sergio Souto – 3º terço (2007-2009): Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Sidney Pascotto da Rocha, José Antonio Lutterbach Soares • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço (2008-2010): Arthur Camara Cardozo, Luiz Mario Behnken, Regina Lúcia Gadioli dos Santos – 2º terço (2006-2008): Antônio Augusto de Albuquerque Costa, José Fausto Ferreira – 3º terço (2007-2009): Angela Maria de Lemos Gelli, Sandra Maria Carvalho de Souza, Rogério da Silva Rocha.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – Gr. 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000 • **Tel.:** (21)2262-2535
Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192 • **Correio eletrônico:** sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Sidney Pascotto da Rocha • **Coordenador de Assuntos Institucionais:** Sidney Pascotto da Rocha • **Secretários de Assuntos Institucionais:** André Luiz Silva de Souza e José Antônio Lutterbach Soares • **Diretores de Assuntos Institucionais:** Abraão Oigman, Antônio Melki Júnior, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, Paulo Sergio Souto, Ronaldo Raemy Rangel e Sandra Maria Carvalho de Souza • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Secretários de Relações Sindicais:** Carlos Henrique Tibiriçá Miranda e Wellington Leonardo da Silva • **Diretores de Relações Sindicais:** Ademir Figueiredo, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, José Fausto Ferreira, Maria da Glória Vasconcelos Tavares de Lacerda e Regina Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de Divulgação, Administração e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Diretores de Divulgação, Administração e Finanças:** José Jannotti Viegas e Rogério da Silva Rocha • **Conselho Fiscal:** Antônio Augusto Albuquerque Costa, Jorge de Oliveira Camargo e Luciano Amaral Pereira.

Bolhas brasileiras



■ Leda Maria Paulani*

A reação inicial do governo brasileiro à explosão da crise financeira que se iniciou em meados de setembro nos EUA (mas ela já estava em germe há muito tempo) foi dar de ombros: "a crise é lá deles, eles que a resolvam". Contradições à parte, visto que se buscou desde FHC afirmar que nossa economia era agora aberta, "moderna", perfeitamente integrada à economia global, a continuidade dos acontecimentos foi tornando insustentável a resposta desdenhosa. Nossa bolsa caía aqui mais do que em qualquer outra parte do mundo, o crédito externo desaparecia como por encanto, os dólares começavam a bater em retirada e sua cotação em reais subia como um foguete. Com todo esse tumulto, as autoridades foram instadas a tomar uma providência e quem se mexe para intervir no ambiente econômico por conta da intromissão de eventos não previstos não pode mais afirmar que eles não existem.

O governo começa então a admitir que uma parte da crise sobriaria para a sortuda econo-

mia brasileira, brindada então com as descobertas do pré-sal. Essa nova posição, porém, restringia-se à admissão de que a crise mundial poderia afetar as exportações brasileiras, combustível para o crescimento, e que o sumiço do crédito externo, até então abundante, e o aperto do interno, em função da crise de confiança, dificultaria a vida das empresas e prejudicaria o consumo. Em suma, complicações que viriam pelo assim chamado "lado real" da economia. Implícita nessa postura a idéia de que a desordem financeira não tinha aqui lugar, que o sistema financeiro brasileiro era sólido e que aqui não havia bolhas de ativos que pudessem estourar inopinadamente. Contradições à parte mais uma vez, já que a queda desbragada do índice Bovespa, rompendo todas as marcas psicológicas imagináveis, não era outra coisa senão a expressão da existência de uma poderosa bolha no mercado acionário, a realidade novamente derruba as interpretações oficiais: tradicionais e respeitadas empresas nacionais do porte de Aracruz, Sadia e Votorantim enfiavam os pés pelas mãos, pegas no contrapé pela inversão abrupta e profunda do movimento da taxa de câmbio, vendo cair por terra polpudas apostas na continuidade da valorização da moeda doméstica (o que implicava para elas, por estranho que pareça em sendo elas empresas exportadoras, torcer pela continuidade da apreciação do real e, por tabela, pela continuidade da política monetária). Sinal, portanto, de uma bolha também no mercado de deriva-



tivos, "produto" típico do assim chamado "mercado financeiro".

A complicação aqui parece ser ainda maior porque, segundo os próprios executivos do mercado, a maior parte dessas apostas foi feita no mercado de balcão, sobre o qual não se exerce nenhum tipo de controle, de modo que ninguém sabe exatamente qual é o tamanho desse buraco (as três empresas em conjunto somam R\$ 5 bi de perdas, mas estima-se que há mais de 200 empresas com o mesmo problema).

Por trás desses movimentos, particularmente no que concerne aos derivativos, a existência da bolha maior, representada pelo valor inflado do real. Consideradas as moedas periféricas mais relevantes, o real foi campeão de desvalorização. O dólar americano vale hoje 50% mais do que há três meses – o real perdeu cerca de 1/3 de seu valor – e não fossem as insistentes e substantivas intervenções do Banco Central e as declarações de que estaria disposto a ofer-

tar até US\$ 50 bilhões em *swaps* cambiais e/ou gastar até 10% das reservas para defender nossa moeda, essa perda teria sido evidentemente muito maior. Só para ilustrar, os pesos chileno e mexicano não perderam mais do que 10% de seu valor.

Como explicar esse valor inflado do real? Os defensores do livre mercado apressam-se a dizer que câmbio flutuante é câmbio flutuante e que a moeda forte custa aquilo que o mercado, sempre o melhor juiz, julga que ela deve custar em cada momento. E supondo que os agentes, principalmente esses do mercado, são racionais e não se deixam levar cegamente pelas variações nas quantidades dos bens, principalmente sendo o bem em questão a divisa, em quais variáveis deveria o mercado se basear para fazer tal julgamento? Qualquer aluno de segundo ano de Economia diria sem titubear que o mercado deveria estar sempre de olho na performance do balanço de pagamentos do país. Ora, se tomarmos os dados desta peça contábil, veremos que, nos dois primeiros trimestres deste ano, o saldo da balança de transações correntes era negativo em US\$ 17,1 bilhões, depois de ter sido, em períodos idênticos de 2005, 2006 e 2007, positivo em, respectivamente, US\$ 5,3, US\$ 2,8 e US\$ 2,4 bilhões, indicando, portanto, um forte movi-

mento de deterioração de nossas contas externas. Pois no dia 1.º de agosto o real alcança seu maior valor desde sua recuperação do terrorismo eleitoral de 2002: cada unidade da moeda doméstica chegou a valer então 64,20 centavos de dólar (o real vale hoje cerca de 43 centavos de dólar). Esses dados, portanto, não só não explicam o valor inchado da moeda brasileira há três meses como deixam claro o tamanho da bolha de câmbio que a crise pôs a nu.

Onde se encontra então a explicação? Não é preciso muita argúcia para perceber que ela está na condução da política monetária, com a manutenção, já há alguns anos, da taxa básica de juros num nível extrema-

mente elevado. A determinação desse preço pelas autoridades monetárias, em conjunto com a política de consolidação da abertura financeira do país, foi trazendo para nossa balança de capitais, em meio a um ambiente de enorme liquidez internacional, enxurradas de moeda forte, movimento evidentemente auxiliado, até antes da crise, pela expressiva elevação do preço em dólar das *commodities* que o país exporta e pelo, digamos assim, aparente lastro que os sucessivos superávits comerciais pareciam representar. A abundância experimentada pela balança de capitais foi mais do que suficiente para encobrir a clara deterioração da balança de transações correntes e o dólar continuou a cair. Um único dado ilustra bem a situação: a Posição Internacional de Investimento elaborada pelo Banco Central mostra que o investimento estrangeiro em carteira passou de US\$ 304 bilhões em dezembro de 2006 para US\$ 510 bilhões em dezembro de 2007.

Essa parece ser, realmente, uma boa explicação para a formação dessa bolha de câmbio e aponta de fato para a raiz do problema. Contudo, ela não conta toda a história. Ocorre que a apreciação do real passou a ser ela própria, num movimento completamente auto-referencial, elemento integrante do jogo de elevada valorização financeira em moeda forte que se tornou possível fazer no país. Se a economia mundial tornou-se nas últimas décadas mais parecida com um cassino do que com uma oficina de produção, o Brasil não fez má figura, muito ao contrário. Formou-se um círculo vicioso em que o juro elevado trazia muitas divisas ao país, elevava as apostas na conti-

nuidade da valorização, produzia, assim, para os investidores externos, resultados em dólar ainda maiores, o que trazia mais dólares, e assim por diante.

Fundos de *hedge* fazendo *carry trade* (tomando emprestado onde o juro é baixo e aplicando onde é elevado), investidores estrangeiros maximizando seu ganho em moeda forte, empresas exportadoras compensando no ganho financeiro com derivativos as perdas que a apreciação cambial lhes impunha no ganho operacional e chineses comprando todo o minério de ferro que a Vale era capaz de colocar no mercado, combinaram-se, dentre outros personagens, para produzir esse resultado. Com a inversão abrupta trazida pela crise, inverteu-se todo o jogo. Essa situação explica também a enorme dificuldade que vem tendo o Banco Central para conter o valor do dólar. Quem caiu na armadilha anterior procura zerar perdas e faz apostas contrárias, por mais que se ofertem dólares ao mercado.

O Brasil tomou a decisão de entrar na tal globalização pela porta financeira. Utilizou para tanto todas as armas de que dispunha, o juro elevado sendo a mais importante delas, e serviu ao longo desse tempo para cevar a valorização financeira de enormes quantidades de capital fictício. Improvável seria que uma crise como esta, gestada nos meandros desse tipo de valorização, passasse ao largo de uma plataforma avançada como a da economia brasileira. ☞

(*) Professora Titular do Departamento de Economia da FEA/USP e autora de *Brasil Delivery* (Boitempo, 2008)



A economia brasileira e a crise americana: o que esperar para 2009



■ Miguel Bruno

Introdução

A performance macroeconômica do Brasil entre 2004 e 2008 tem sido notável, com forte crescimento dos níveis de renda e de emprego, estabilidade de preços e equilíbrio das contas externas. Contrastando com o padrão *stop and go* do período 1997-2003, a formação bruta de capital fixo cresceu a uma taxa média de quase três vezes a do PIB, resultando numa expansão sustentada do produto potencial. Considerando-se as restrições impostas endogenamente pelo próprio modelo econômico (câmbio apreciado, predomínio de commodities na pauta de exportações, taxas de juros reais extremamente elevadas, política monetária focada exclusivamente no controle inflacionário e forte estímulo à acumulação rentista) esse resultado pode parecer surpreendente. Mas o desempenho econômico não se avalia com base apenas nos horizontes de curto e médio prazos. É necessária uma perspectiva de longo prazo para se detectar os

efeitos das medidas de política e do modelo adotado sobre a estrutura econômica de um país. Se como argumentava Braudel, “cada sociedade tem a conjuntura e as crises de sua estrutura”, é necessário ainda avaliar-se em que medida essas novas regularidades macroeconômicas já seriam a expressão de uma trajetória de crescimento econômico sustentado, resultante do sucesso da arquitetura institucional pós-liberalização. A análise econômica vê-se, então diante de dois desafios maiores: explicar as condições que permitiram a emergência desse novo regime de crescimento e detectar os efeitos da atual crise americana sobre sua evolução, incluindo a possibilidade dessa trajetória ser precocemente abortada.

Uma caracterização do atual regime de crescimento brasileiro

O crescimento econômico atual resulta da conjunção de condições favoráveis no plano doméstico e externo. No plano doméstico, destacaram-se as reduções relativas das taxas oficiais de juros, a expansão do crédito à produção e ao consumo, juntamente com as políticas de valorização do salário mínimo e de transferência de renda. Na indústria de transformação, os dados apontam para a existência de ganhos crescentes de escala dinâmicos, graças à modernização de plantas industriais e ao dinamismo do mercado interno (ver gráfico 1). No plano externo, o ambiente internacional foi

favorável tanto em termos de liquidez quanto de demanda pelas commodities brasileiras.

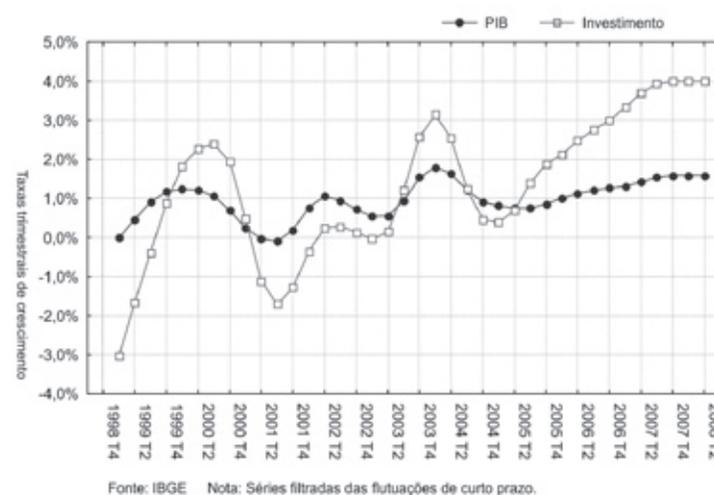
A noção de *regime de crescimento* é relevante nesse contexto, porque permite a consideração simultânea das relações macroeconômicas subjacentes ao modelo econômico vigente com a arquitetura institucional necessária ao seu funcionamento. A literatura econômica internacional tem uma taxonomia para esses regimes: *profit-led growth*, *wage-led growth*, *export-led growth*, incluindo o atual padrão, *finance-led growth* ou *finance-dominated accumulation regime*, característicos do Brasil e dos EUA. Este último regime pressupõe o desenvolvimento de um processo de financeirização da economia que implica a existência de um leque amplo de alternativas de valorização dos capitais no circuito bancário-financeiro, reduzindo significativamente a necessidade de imobilizações de recursos enquanto base do enriquecimento priva-

do. Num regime de crescimento subordinado à acumulação rentista, a proporção da poupança das empresas e das famílias alocada em ativos fixos produtivos tende a ser muito baixa, mesmo que a participação dos lucros no PIB, *profit share* seja crescente (vide gráfico 2). Paralelamente, o poder político das classes rentistas e dos mercados financeiros sobre o aparelho de Estado atinge um paroxismo, reduzindo a autonomia da política econômica e, sobretudo, da política monetária.

O novo regime de crescimento diante da crise americana ...

O regime de crescimento dos EUA baseia-se num processo de financeirização por renda variável e no fato de mais de 50% das famílias americanas terem acesso a ativos financeiros, numa economia com baixas taxas de juros. Nessas condições, apesar da desconexão entre os ganhos de produtividade e o salário mé-

Gráfico 1 - Investimento e crescimento econômico (1998-2008)



dio real que a financeirização promove, o efeito riqueza, derivado da detenção desses ativos, com a expansão do crédito, pode impulsionar o consumo interno e, via efeito acelerador, o investimento. Mas nas condições estruturais brasileiras, com alta concentração da renda e do estoque de riquezas, e altíssimas taxas reais de juros, esse padrão não é factível. No Brasil, a financeirização desenvolve-se preponderantemente por renda fixa e derivativos conectados ao endividamento público interno, elevando sobremaneira o custo do crédito às famílias e às empresas. Os ganhos com títulos de renda fixa e derivativos respondem, em média, por mais de 50% da receita operacional total do sistema bancário-financeiro, enquanto os retornos com operações de crédito representam apenas 20%. Isso explica uma relação crédito/PIB de apenas 39%, uma das mais baixas entre os emergentes.

O alto grau de financeirização da economia brasileira significa também que parte significativa dos ativos de empresas do setor produtivo está comprometida com operações típicas de instituições financeiras, e visam complementar os lucros operacionais ou mesmo substituí-los em momentos de queda da demanda efetiva ou quando as taxas de juros voltam a subir. Trata-se, portanto de um canal direto de propagação dos efeitos da crise americana sobre o setor produtivo nacional. O rendimento médio real acumulado com a detenção de ativos financeiros atingiu a cifra de 57% da renda disponível bruta (RDB) no ano de 2006. Já os fluxos de juros recebidos e pagos pelo sistema bancário-financeiro atingiram as médias, respectivamente, de 29% e de 22% da RDB no período 1993-2006,

representando uma excepcional carga financeira sobre o PIB brasileiro. Como os ganhos de produtividade crescem muito acima do salário médio real, a parcela dos lucros no PIB permanece em expansão, enquanto declina a participação dos salários. Em conseqüência, apesar de a taxa média de lucro bruto estar em crescimento desde 1995, a taxa de acumulação de capital fixo produtivo permanece estagnada em cerca de 2% a.a., pois a financeirização reduz a proporção investida do lucro macroeconômico.

... e as perspectivas para 2009

Os efeitos da crise americana sobre o regime de crescimento brasileiro mostram-se, portanto, ambíguos. De um lado, é muito baixa a percentagem da população com acesso a ativos financeiros; e como a razão crédito/PIB é igualmente reduzida, não se poderia atribuir o crescimento econômico atual a um “boom” do mercado de crédito e a movimentos especulativos, como foi o caso americano antes do estouro da crise. Mas por outro lado, duas características da arquitetura institucional de base desse regime, que são a ausência de controle de capitais e o re-

gime de câmbio flutuante, tende a potencializar os efeitos da crise porque permite sua difusão imediata no plano das expectativas dos detentores de capital.

O movimento atual de concentração no setor bancário-financeiro é uma característica comum dos períodos de crise estrutural. Por um lado, esse processo poderia permitir ganhos de escala, favorecendo uma expansão do crédito mais consentânea com as necessidades de consumidores e de empresas. Por outro, aprofundando o caráter oligopolizado desse setor, favorecerão, senão futuros aumentos do custo do crédito e de tarifas, a sua permanência em níveis já muito acima dos padrões internacionais. No plano político, aumentarão ainda mais a pressão do capital rentista para a manutenção de taxas elevadas de juros.

Embora para este ano o crescimento do PIB deva situar-se em torno dos 5%, para 2009 as taxas convergirão para o intervalo 3,5 - 4% e, conseqüentemente, bem abaixo das necessidades do desenvolvimento social e econômico brasileiro. Num tal contexto, o Estado deve promover políticas anticíclicas e atenuar o conservadorismo da política monetária imposto pelo sistema de metas, pois os ris-

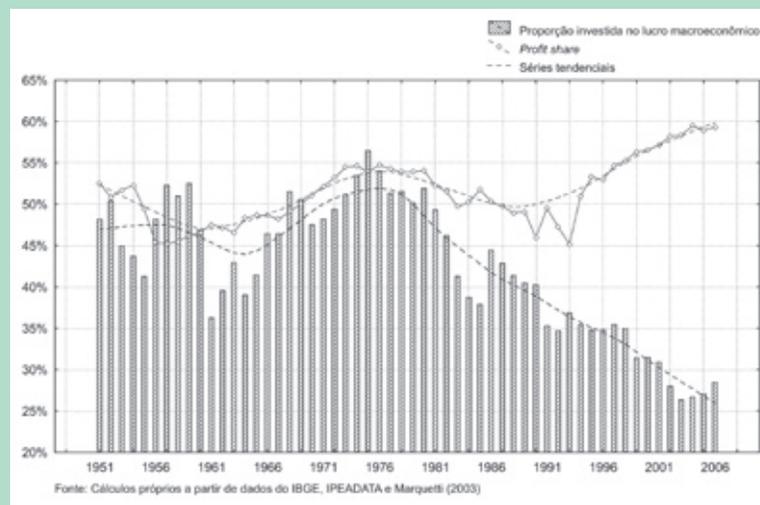
cos agora são de contração dos níveis de emprego e de produto e não de uma pseudo-inflação de demanda. De fato, a inflação dos preços administrados tenderá a subir em decorrência da depreciação cambial, mas a inflação dos alimentos tenderá a cair em razão da queda dos preços das commodities.

Quanto à evolução das contas públicas, a arrecadação tributária será menor em razão do menor ritmo de crescimento econômico, o que já levou o Governo a reduzir a meta de superávit primário de 4,3% para 3,8% do PIB. Em 2008, o equilíbrio do balanço de pagamentos esteve assegurado pela forte entrada de capitais via conta financeira, o que compensou a saída de recursos na conta de remessas de lucros, dividendos e juros. Para 2009, a tendência é a de que a depreciação da taxa de câmbio favoreça a balança comercial, caso o Banco Central se abstenha de aumentar as taxas de juros. Conseqüentemente, a evolução da economia brasileira nos próximos anos dependerá não apenas dos rumos da política econômica, mas, sobretudo, das mudanças institucionais desencadeadas pelos desdobramentos da crise americana. Em estudo de 1998, Robert Boyer já havia observado que seriam dois os desafios inescapáveis do século 21: disciplinar as finanças e organizar a internacionalização. Trata-se, porém, de uma agenda urgente que pode e deve começar pelo plano doméstico. 

É Doutor em Economia pela EHESP-Paris e pelo IE-UFRJ, Assessor de Projetos Especiais – Crescimento e Desenvolvimento do IPEA, Professor Adjunto da FCE/UERJ e do Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais da ENCE/IBGE.

Os dados utilizados neste artigo foram compilados com a colaboração da assistente de pesquisa Anna Carolina Saba dos Reis da Dimac/IPEA.

Gráfico 2 – Proporção do lucro médio alocada em ativos fixos produtivos e profit share (1951-2006)



“Os economistas conservadores sempre acabam encontrando a explicação para as causas da crise depois da crise ocorrer”

Professor do Departamento de Educação da PUC-RJ, autor de 29 livros, o filósofo Leandro Konder é um dos mais importantes intelectuais brasileiros e um sólido conhecedor do pensamento de Karl Marx. Neste momento de mais uma séria crise estrutural do capitalismo em escala global, fomos ouvir o que um filósofo tem a dizer aos economistas.

P: Na condição de um intelectual marxista, como o senhor avalia o presente momento do mundo? Quais as idéias marxistas que o senhor destacaria como atuais para se pensar o capitalismo real e a superação da presente crise?

R: O marxismo me dá alguns instrumentos teóricos, conceituais, abstratos e filosóficos que procuro usar para tentar entender o que está acontecendo no mundo. Você pode abordar essa realidade de maneira científica, artística, através da sensibilidade e da intuição, ou através do rigor da ciência.

Eu não estou nem em um, nem em outro campo. Eu estou me sentindo obrigado a explicar como filósofo que a filosofia, apesar de muitos filósofos terem sonhado com isso, para mim não é uma ciência. Marx às vezes dá a impressão de trabalhar filosofia como ciência, mas logo ele corrige. Em vários dos seus textos fundamentais, ele esclarece que a concepção do homem e da história vai além do método científico. Os

cientistas pesquisam, fazem contribuições preciosas, querem mais, mas nem sempre conseguem ter acesso a esse mais. A realidade é inesgotável.

Então qual a contribuição que um filósofo pode dar para a discussão de uma realidade, especificamente a realidade do nosso mundo e do Brasil? Não vai ser uma contribuição conclusiva. Ele pode até suscitar questões, levantar alguns problemas.

Que problemas eu levantaria? Primeiro quero dizer que nós - a esquerda em geral, marxistas e não-marxistas - temos um desafio que nem sempre temos enfrentado suficientemente: o desafio de agir em um plano tático e em um plano estratégico.

Está havendo um movimento que eu não reduziria ao oportunismo, mas que tem algo de oportunista, de adesão às expectativas criadas pelo fato de algumas pessoas de esquerda estarem dirigindo o Estado brasileiro.



É complicado, porque nós temos um duplo desafio, que é o de restabelecer a nossa identidade como pessoas de esquerda, porque essa identidade está muito prejudicada – as pessoas, com razão, nem sempre nos levam a sério – mas ao mesmo tempo sem ignorar a necessidade de mediações políticas tais como acordos e choques, conflitos.

Nós estamos no momento muito mais voltados para os acordos que os conflitos e, no entanto existem conflitos básicos de interesse, de perspectiva que são inerentes à diferença que existe socialmente, historicamente entre nós e os outros. Os outros são os con-



servadores, representantes dos privilégios da propriedade. Então a gente tem que aprender a combinar, construir um equilíbrio dinâmico combinando tática e estratégia. A tática explica que as alianças se ampliem, mas não ilimitadamente, e a estratégia exige que haja uma participação do pensamento crítico na ampliação das alianças táticas.

Marx descreve mecanismos muito parecidos com os que a gente vê funcionarem hoje, mecanismos do controle do mercado pela burguesia.

A burguesia como classe criou o mercado mundial, unificou as economias, construiu interdependências poderosas, e fica sujeita a flutuações que escapam aos políticos de hoje. Escapam porque esse mundo do mercado mundial se tornou complicado.

Os economistas – e aqui vai uma crítica aos economistas conservadores – sempre acabam encontrando a explicação para as causas da crise depois da crise ocorrer. Eu não conheço nenhum caso em que eles tenham descoberto as causas de uma crise que ainda não ocorreu. Quando a crise ocorre é que eles enfrentam o desafio da necessidade de explicar a crise.

P: Ao contrário de outros momentos de crise do capitalismo, onde observamos a tentativa de respostas do movimento dos trabalhadores para uma alternativa, como foram os casos da Comuna de Paris, das revoluções russa e chinesa, ou ainda, nos anos setenta, com as lutas anticoloniais na África, ou a vitória do Vietnã contra os Estados Unidos, neste momento não observamos movimentos semelhantes. A ressalva são os movimentos nacionalistas na América do Sul e o movimento islâmico. O que isso representa para o senhor?

R: Você me apresentou como um intelectual marxista. Eu sei de pessoas que fariam cara de nojo ao serem classificadas de marxistas. Na verdade o marxismo se tornou cheio de diferenças internas, então eu sou marxista, Marx é o meu interlocutor predileto, mas às vezes eu divirjo dele.

Tem um pessoal mais apegado ao legado de Marx que ainda fala de revisionismo como um pecado. Na época clássi-

ca do leninismo, isso era muito combatido, mas hoje nós dependemos do novo revisionismo para sair do buraco, porque a situação está preta.

Então eu adoto uma concepção filosófica de Marx, segundo a qual não existe um sentido dado da história. O sentido da história é dado com a nossa intervenção, com as escolhas dos homens que fazem história.

Hoje estamos pela primeira vez diante de uma situação na qual pode acontecer que o mau funcionamento do mercado mundial capitalista acarrete algumas revoltas. Essas revoltas não trarão efetivamente benefícios para os trabalhadores, para o Terceiro Mundo, para os marginalizados, explorados. Isso pode ser assustador, porque sem que a gente leve vantagem, sem que a gente possa influenciar os movimentos de massa e sociais adequadamente, podemos estar contribuindo para o caos. Não um caos ‘falta de qualquer controle’, mas um caos ‘falta de maturidade política’, ‘falta de perspectiva política consequente’. E aí vai ser um período muito ruim. Essa possibilidade deve nos alertar para a necessidade de repensar o quadro tático, e aí por isso também voltam temas estratégicos, da filosofia e da história do Marx.

Você citou movimentos sociais travestidos de protestos religiosos, com razão, e o fenômeno chinês, aquela coisa extraordinária, ditadura do proletariado com uma base tecnológica ou nada marxista.

Na América do Sul, talvez as pessoas que tenham estudado mais acima o fenômeno Chavez estejam tranqüilas, mas eu não estou tranqüilo. Eu tenho uma idéia de que ele representa uma coisa avançada, mas não sei se ele saberá ser o representan-



te adequado desse movimento avançado. Estou no momento especulando possibilidades ruins, mas talvez seja um pouco a tarefa que eu me imponho.

P: Como o senhor explica os caminhos trilhados pelo movimento comunista internacional, invariavelmente apontado como autoritário e intolerante?

R: O leninismo, a fórmula do Partido Leninista, teve um certo brilhantismo quando foi inventada. O Partido Social Democrático, o primeiro partido de massa da história, cresceu muito, mas ao mesmo tempo ficou meio perdido, e o comunismo – o leninismo – surgiu como uma alternativa possível, tomou o poder na Rússia, instaurou a União Soviética e o movimento comunista mundial. Ele tinha defeitos, distorções, riscos graves, gravíssimos, mas funcionou.

De uns tempos para cá, passou a funcionar muito mal, até de repente não funcionar mais. Eu e meu círculo de amigos pessoais durante algum tempo tivemos esperança no comunismo italiano, mas hoje a situação do comunismo italiano é melancólica. A era do comunismo como proposta leninista acabou. Agora a gente tem que

procurar outros caminhos para recuperar aquela radicalidade que o pensamento do Marx tinha quando surgiu, quando foi desenvolvido.

Eu tenho um vizinho, um velho comunista que me encontrou e perguntou “Leandro, você continua a ser comunista?”. Eu respondi que sim, e ele me abraçou emocionado e disse assim: “Esses todos, esses bobalhões estão pensando que a União Soviética acabou”. E eu disse a ele: “Olha, eu tenho que te dizer honestamente que eu também acho que a União Soviética acabou”. E ele respondeu: “Você é um iludido!”.

P: A aposta na razão humana de uma forma contundente foi questionada por pensadores contemporâneos, como Freud, Nietzsche, Adorno ou Foucault – que acabaram por levantar “suspeitas” nesta aposta. Levando-se em conta que o pensamento econômico é baseado essencialmente em uma abordagem racional, qual a sua posição sobre a racionalidade econômica, para a resolução dos nossos problemas atuais?

R: É uma pergunta que exige de mim algumas reparações. Eu separaria completamente Adorno dos outros, porque Adorno tem uma concepção, uma filosofia comprometida com um novo projeto de razão. Ele tem uma posição que não é irracionalista. Adorno insiste muito em um racionalismo, mas não um racionalismo da razão aplicada, da razão subordinada a normas tidas como racionais que na verdade são pragmáticas. Então, eu tiraria Adorno dessa lista. Freud também. Rouanet, que é um grande apaixonado

por Freud, não subscreveria essa entrega do Freud ao irracionalismo.

Então você tem de um lado Foucault e Nietzsche; depois, correndo à margem, Freud, que é um caso à parte, eu não o considero um irracionalista, mas também não é um racionalista convicto; e Adorno. A gente tem que, de alguma forma, fazer uma opção por um conceito de razão que diga a que vem, o que se dispõe a fazer. Se a gente apela para a razão supondo que ela está em nossas mãos e nós a estamos aplicando, isso pode ser perigoso. Pode ser uma maneira de destruir a razão e abrir caminho para o irracionalismo.

O irracionalismo não é um bom caminho para quem quer organizar seus conhecimentos de maneira não-dogmática, de maneira crítica, mas responsável, comprometida com os horizontes de intervenção política, com a realidade.

P: Marx denunciou o caráter de classe do Estado e apontava para a necessidade do fim do mesmo, em uma sociedade sem classes. Com a gigantesca complexificação de nossas sociedades, esta é uma questão que permanece válida?

R: Sim, embora tenha sido arrastada para um âmbito de utopia. Marx era um crítico veemente da utopia e de repente revela uma dimensão utópica na sua própria perspectiva. Porque imaginar uma democracia direta hoje é complicado. Uma democracia indireta significa voltar a um terreno onde tradicionalmente liberais e conservadores predominavam. Então eu acho que são coisas que precisam ser rediscutidas à luz de uma preocupação com a preservação de um projeto transformador.

Hoje é difícil falar em revolu-

ção, mas eu acho que certas mudanças, que nós não temos nem força nem programa maduro para propor, só vão ser viáveis se nós conseguirmos criar uma força material vasta, complexa. Rosa Luxemburgo dizia que é a maioria que vai bancar os aspectos duros do projeto transformador, do projeto revolucionário.

P: Como o senhor avalia o engajamento político dos jovens e a aparente e generalizada despolítica da atual sociedade brasileira?

R: Eu não sei se a nossa avaliação é suficiente, mas a gente saca coisas que podem ser observadas empiricamente. Realmente não há movimentos entusiásticos entre os jovens, mas eu não sei se eles estão despolitizados. Eles têm uma visão meio pessimista, meio cética, do que pode ser feito no plano da luta política. Eles não têm mais convicções capazes de levá-los a se rebelar contra a injustiça social, contra a canalhice, a sordidez do sistema penal brasileiro.

Eu acho que a teoria da luta de classes tem que ser reformulada, mas a idéia de que a história é um movimento condicionado pela luta de classes continua viva, continua convincente. E os jovens estão procurando um caminho também; os interesses mudaram ao longo dos últimos trinta anos. Os interesses antigamente eram por algo mais espontâneo, por Lukacs, Gramsci etc.

Tem um ensaio do Karel Kosik, um ensaio pessimista, amargo, mas muito bem-escrito, em que ele diz que agora a burguesia chegou a um tal nível na sua crise aguda que a nossa expressão não se faz nem no nível da tragédia. A tragédia não é acessível a nós. A categoria que pode ser aplicada com alguma fe-

cundidade ao exame crítico da cultura contemporânea é a que ele chama de ‘o grotesco’.

O grotesco, segundo ele, é o que está na obra do Kafka, o grande escritor do século XX. O Kafka sentiu isso: Você escreve coisas grotescas a respeito da realidade, subjetivamente vistas, aí você está dizendo algo que é verdade. E os jovens sentem isso. Eles trocaram o interesse dos marxistas ortodoxos por essas imagens inovadoras, aventureiras, ousadas, do Karel Kosik.

P: Pode-se dizer que não vivemos apenas uma crise econômica, mas uma crise de sociabilidade, de amor entre os homens. O senhor tem um livro sobre o amor. Como um pensador marxista relaciona a racionalidade marxista com a questão do amor e da afetividade?

R: **Se a gente não encarar a questão do amor, o desafio de escrever, compreender, aprofundar a nossa compreensão do amor, aí é que o nosso pensamento está ferrado, porque a racionalidade que dispensa a compreensão da afetividade é uma racionalidade pobre, seca, torta.**

O meu livro não é propriamente uma lição, uma aula sobre a história do amor. Eu peguei alguns autores e escrevi sobre a concepção do amor deles, e deixei espaço para que os leitores façam sua declaração de amor a um autor ou outro, peguei uma grande diversidade de autores, mais de vinte. Eu deixei muito espaço para que os alunos entendessem que o tema é importante, mas que a maneira de você responder a essa demanda do amor pode variar muito de acordo com a pessoa, com a busca pessoal. 📖

A Economia Brasileira em 2009



■ Armando Castelar Pinheiro

Até meados de 2008 ainda se traçava um cenário relativamente benigno para o Brasil em 2009. As projeções de mercado coligidas pelo Banco Central (BC) apontavam para uma alta de 4% no PIB e uma inflação (IPCA) pouco acima da meta de 4,5%. Consistentemente com a percepção de que a economia passara a trabalhar com baixos patamares de ociosidade, se previa uma redução do superávit comercial para US\$ 15 bilhões e uma elevação do déficit em conta corrente, para US\$ 32 bilhões; mas não se antevia qualquer dificuldade para financiá-lo, já que só o investimento estrangeiro direto chegaria a 30 bilhões de dólares. Dessa forma, o real permaneceria valorizado, com a taxa de câmbio média ficando em R\$ 1,74 / US\$, o que, junto com o aumento da oferta agre-

gada resultante da expansão do investimento, permitira ao BC trazer os juros para 13,5% ao final do ano.

Era um cenário de desacoplamento da crise financeira nos países ricos, então já a pleno vapor, ainda que sem a virulência que a marcou desde a quebra da Lehman Brothers. Havia a percepção de que a economia necessitava desacelerar, para conter as pressões inflacionárias resultantes de vinte trimestres quase ininterruptos de expansão do PIB e o risco de repasse do aumento do preço internacional de commodities, mas essa meia-trava deveria ser moderada e breve, com o crescimento acelerando em 2010.

Esse cenário se baseava em duas premissas que se mostraram erradas. Uma, que a China continuaria crescendo no ritmo forte dos anos anteriores, com a demanda doméstica substituindo a externa, o que sustentaria

o super ciclo de commodities e, em especial, os seus elevados preços. Outra, que os progressos do Brasil em fortalecer seus fundamentos econômicos, em especial as contas externas e as reservas internacionais, tornavam o país imune à crise externa. A crise, se aqui chegasse, seria sob a forma de uma “marolinha”, não o tsunami que varria os países ricos. Não era um problema que tirasse o sono das autoridades econômicas.

Os indicadores recentes para a economia chinesa apontam para uma brusca desaceleração da produção industrial, que vem somar-se a um ritmo já morno de atividade na construção civil, setor que teve uma participação importante na expansão dos últimos anos. As previsões agora apontam para uma expansão do PIB chinês na faixa de 7% a 8% em 2009, mesmo com a implementação do ambicioso pacote fiscal recém anunciado. Esse

processo já impactou fortemente grandes exportadores brasileiros, que viram a demanda chinesa por seus produtos praticamente secar.

Da mesma forma, já ficou claro que, tanto pelo lado comercial como principalmente pelo canal financeiro, a crise externa vai ter um impacto relevante sobre o desempenho da economia brasileira nos próximos anos.

O Brasil vinha sendo beneficiado por termos de troca e demanda externa bastante favoráveis, e agora sofre um choque no sentido oposto. Mais importante, porém, foi a grande redução dos fluxos de financiamento externo, que ajudaram a aumentar as operações em bolsa e a expansão do crédito ao consumo, além de viabilizar o comércio exterior.

O desafio de prever como será a economia brasileira em

2009 passa por saber a profundidade e duração da crise externa, avaliar a influência do ambiente externo nos bons resultados dos últimos anos, e projetar as respostas de política econômica a serem adotadas pelo governo brasileiro.

A recessão em que os países ricos estão mergulhados será pior que as anteriores, ainda que pareça um exagero compará-la à depressão dos anos 1930.

O FMI prevê que esses países cresçam 0,5% em 2009 (0,1% no caso do G7) e 2,0% em 2010 (1,7%). Há um risco razoável de que a recuperação chegue em 2010 mais modestamente do que sugere o Fundo. A superação da crise vai exigir que famílias, empresas e instituições financeiras reduzam sua alavancagem financeira e que o setor financeiro se consolide, coisas que levarão um bom tempo para ocorrer. Só depois que as condições de financiamento estiverem normalizadas a economia real começará a se recuperar. O que ainda se vê, porém, é a crise financeira se aprofundando, com o hiato de poder político nos EUA paralisando muitas decisões e as autoridades ainda andando atrás dos fatos.

Uma preocupação crescente é que as economias desenvolvidas, em especial os EUA, mergulhem em uma crise longa como a ocorrida no Japão na década de 1990. A dificuldade em limpar os balanços dos bancos é um traço em comum entre as duas crises. Outra preocupação é que o mundo experimente um processo de deflação, não apenas em função da queda do preço das commodities, mas também pela existência de capacidade ociosa em muitos se-



tores, depois do boom de investimentos que marcou o último lustro. Os países asiáticos, e a China em particular, podem ser uma fonte de desinflação em um mundo que cresça pouco.

O cenário externo menos favorável limita o potencial de crescimento sustentado do Brasil. A queda que vem no preço das commodities e na demanda por exportações brasileiras vai acelerar a redução do saldo comercial, que em 2009 deve ficar na faixa de dez bilhões de dólares. O investimento direto estrangeiro vai cair, com a piora nas condições de financiamento e no lucro das empresas, e os investimentos em carteira serão ainda mais reduzidos, de forma que financiar as contas externas será mais complicado. Com isso o real deve ficar desvalorizado, relativamente ao observado no último ano, ainda que uma depreciação mais acentuada, como em outras crises, seja improvável. Um cenário plausível é a taxa de câmbio estacionar na faixa de R\$ 2,20 a 2,50 por US\$, mas a volatilidade do câmbio vai continuar alta.

Em 2009, o PIB terá de crescer mais lentamente para acomodar o choque externo e controlar as pressões inflacionárias resultantes da desvalori-

zação cambial. O mercado projeta uma alta do PIB de 3% em 2009, mas essa ainda parece uma taxa elevada, dada a gravidade da reversão do quadro externo. Os setores mais afetados serão o exportador e aqueles em que a demanda doméstica depende mais do crédito. O investimento deverá permanecer em bom patamar por mais alguns trimestres, conforme as empresas concluem os projetos em andamento, mas depois deve cair fortemente, tendo em vista o excesso de capacidade no setor exportador e as condições mais adversas de financiamento. O setor de construção já sente a crise, os produtores de bens de capital devem fazê-lo a partir de meados de 2009. Também por essa época o mercado de trabalho deve acusar a crise em curso, impactando o consumo de não-duráveis e serviços pessoais.

A resposta de política econômica precisa focar em suavizar a desaceleração da economia, não em impedi-la, tentando sustentar o ritmo de crescimento observado até o terceiro trimestre de 2008. A expectativa é que o real pare de desvalorizar e com isso o Banco Central possa manter a Selic estável em 2009, sem risco de uma aceleração inflacionária mais signi-



ficativa, ainda que mesmo nesse caso a alta dos preços deva superar a meta. Há anos o país adota uma política fiscal muito expansionista, com o gasto público corrente aumentando na faixa de 8% a 10% ao ano acima da inflação: acelerar ainda mais esse ritmo vai corroer a confiança na qualidade do ajuste macroeconômico, reduzir o espaço do BC na gestão da política monetária e expandir o déficit externo. No todo, terá um efeito perverso, especialmente em relação à capacidade do país retomar um ritmo mais forte de expansão uma vez superada a fase de ajuste.

Ao pensar como será 2009 deve-se ter em mente, porém, que o pior da crise externa ainda não passou, e que, portanto, a incerteza é especialmente grande, em relação à economia mundial e à brasileira. Esse ambiente vai exigir muita atenção das autoridades e das empresas, que devem buscar se antecipar aos problemas, mas também em preservar as conquistas da última década, evitando aventuras. **le**

Analista da Gávea Investimentos e Professor do Instituto de Economia da UFRJ. Ph.D. em Economia pela Universidade da Califórnia, Berkeley.

Sonho
realizado em
1 minuto?



Crédito minuto

 **Banrisul**
www.banrisul.com.br

Presidente do Cofecon descumpre liminares em eleição de conselheiros federais

■ A eleição de novos conselheiros para o Conselho Federal de Economia (Cofecon), relativo ao triênio 2009/2011, ocorreu de forma irregular em 30 de novembro, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, e o Corecon-RJ e outros conselhos regionais recorreram à justiça.

A legislação em vigor (Lei 6.537/78) determina que os conselheiros efetivos e suplentes que compõe o Plenário do Conselho Federal de Economia sejam eleitos por Assembléia de Delegados-Eleitores, constituída de um representante de cada um dos Conselhos Regionais de Economia, eleitos pelo voto pessoal e secreto dos economistas registrados e quites com as suas anuidades. No exercício dessa função, cabe a cada delegado-eleitor um número de votos proporcional ao número de economistas por ele representados.

Tentando distorcer o caráter

proporcional da representatividade dos economistas brasileiros naquela instância, o Presidente do Cofecon, Economista Pepeu Calmon Garcia Vieira Santana, chegou a negociar alteração na Lei 6.537/78, visando assegurar que cada Conselho Regional passasse a indicar um representante efetivo e um suplente para compor o plenário daquela Autarquia Federal. Com a mudança pretendida, Conselhos com 81, 105 ou 163 economistas passariam a ter a mesma representatividade daqueles com 1.400, 2.500 ou 3.600 profissionais em situação regular.

Não havendo obtido êxito em seu intento, em função das iniciativas dos Corecon's do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia e Distrito Federal, o Presidente editou Resolução (Resolução Cofecon 1.802/08), faltando apenas um mês para as eleições, impondo que, para a re-

novação do 3º Terço a ocorrer este ano, somente poderiam indicar candidatos os representantes dos Corecon's dos estados do Ceará, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Rondônia, Pará, Rio Grande do Norte, Amazonas e Roraima, Sergipe, Acre e Amapá.

Inconformados com tal imposição, os delegados-eleitores dos Estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraná, Distrito Federal e Rio de Janeiro impetraram ações judiciais destinadas a preservar a legalidade. Por representar direito líquido e certo, as liminares foram concedidas, instando o Presidente do Cofecon ao cumprimento da lei. Entretanto, na Assembléia de Delegados-Eleitores, ocorrida em 30 de novembro, utilizando-se de antiga resolução (Resolução Cofecon 1.770/06), aquele mandatário descumpriu as determinações judiciais e não incluiu na cédula elei-

toral os nomes dos candidatos indicados pelos delegados-eleitores, cujo direito ao pleno exercício de sua representação fora reconhecido pelo poder judiciário.

Diante disso, esses economistas devolveram as cédulas eleitorais ao Presidente da Assembléia, e estão recorrendo novamente à justiça para fazer valer seu direito de representar os profissionais de seus estados, temporariamente usurpado. Destaque-se que os conselheiros eleitos irregularmente obtiveram apenas 71 votos – em um universo de 326 votos possíveis – representando apenas 17% dos economistas do país.

O Corecon-RJ compromete-se a manter informados os economistas do Estado do Rio de Janeiro a respeito da evolução do processo, tanto pelo Jornal dos Economistas, quanto por sua página na Internet: www.corecon-rj.org.br. 

CURSO DE INGLÊS MARINA LORENA TOLOSA
PRIVATE ENGLISH CLASSES
(adultos - todos os níveis)

Condições especiais para economistas registrados e estudantes credenciados no CORECON/RJ

- Especialização no preparo para os exames de TOEFL, papers, monografias e teses na University of Illinois/USA.
- Professora junto à Vale/Embrarel/Shell/White Martins/Odebrecht/IME/Sony Music/Universal Music.
- Método inovador para alunos interessados em praticar somente listening and conversation.

Professora Marina Lorena Tolosa
Tels.: 2275-3881/2295-0857/8145-4033

Psicóloga

Laudiceia Ribeiro Fagundes – CRP 28037-5

Especialista em Psicologia Clínica

Convênio com CORECON. 55% de desconto sobre a tabela do CRP. Para economistas, dependentes e funcionários

Individual, grupo, orientação vocacional e supervisão

Tel: **3905-7017** – laudiceiaf@yahoo.com.br

Neste momento de crise, informação confiável é fundamental.

O Valor Econômico traz todas as informações que você precisa para conhecer sobre economia, negócios e finanças.

O jornal publica quatro cadernos com os temas mais relevantes do mercado e toda semana traz artigos e comentários de alguns dos principais economistas e analistas da economia brasileira e internacional.

Preços especiais para associados Corecon.

Ligue: (11) 2199-2199 (Grande São Paulo)
0800-701-8888 (demais localidades)
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO

Novo governo, novo orçamento?

No atual cenário de transição de governo municipal, as expectativas giram em torno do cumprimento ou não das promessas de campanha por parte dos futuros prefeitos. Contudo, para o ano inicial de mandato, cada prefeito vai governar com o orçamento estabelecido na gestão anterior.

O orçamento apresenta nesse contexto limites para a execução dessas promessas, sendo ainda uma boa forma de mensuração da possibilidade e efetividade das mesmas. Desta forma, a equipe FPO-RJ analisou as Propostas de Lei Orçamentária Anual 2009 (PLOA) dos municípios do Rio e de Niterói. Para tal, foi realizado um levantamento das receitas e despesas, previstas e arrecadadas/executadas, a partir do ano de 2005.

Em continuidade ao nosso esforço de acompanhar o orçamento estadual, apresentaremos também dados relevantes sobre a PLOA de 2009 do governo do Estado.

Ao estabelecer a estimativa de receita e fixação de despesa para 2009, o Poder Executivo leva em consideração alguns indicadores macro econômicos que influenciam de forma direta na arrecadação. Todas as propostas foram feitas antes do aguçamento da crise financeira internacional, portanto muitos parâmetros utilizados na estimativa da Receita (como a previsão de crescimento do PIB, a taxa de câmbio e o IGP-DI) mudaram de expectativas. Em consequência, ocorrerão alterações no orçamento de intensidade ainda imprevisível. Po-

rém, é consensual a tendência de diminuição da atividade econômica em 2009.

Município do Rio

Na PLOA do Município do Rio, a base dos cálculos é feita a partir de uma previsão de crescimento do PIB de 3,73%, de IPCA de 5,0% e de uma taxa média de dólar de R\$1,69 R\$/U\$, além do histórico da arrecadação de receitas (sem muita relação como veremos).

A evolução da receita no Município do Rio representada no gráfico 1 apresenta um aumento de 10,94% com relação ao previsto em 2008. Esse percentual pode ser considerado otimista se levarmos em conta o fato de que a média de aumento prevista de um ano a outro fica em torno de 7,0%.

Além disso, a média de arrecadação efetiva foi em 2007 cerca de 94%. Para 2008 esse peso deve se manter tendo em vista que nos anos anteriores a arrecadação media até o fim de outubro representava 83% do total arrecadado, e que até 4/11/2008, temos 8.9 bilhões já arrecadados. Assim, estima-se que mantendo a média de arrecadação dos anos anteriores, teremos 10,3 bilhões arrecadados nesse ano, o que representaria 94% do valor previsto.

Contando com o mesmo nível de atividade econômica e conseqüente arrecadação dos anos anteriores, teremos para 2009 um total arrecadado de 11,3 bilhões, já abaixo dos 12 bilhões previstos pelo Poder Executivo.

Cabe a ressalva de que essa estimativa conta com o histórico

de arrecadação da Prefeitura, em um período com uma economia mais aquecida, sem graves crises financeiras. (Gráfico 1)

Alguns pontos são relevantes no âmbito das previsões de receitas; o principal aumento para 2009 seria proveniente do ISS, estima-se arrecadar 600 milhões a mais com esse tributo (principal fonte de arrecadação da Prefeitura). Para tal previsão leva-se em consideração de que a arrecadação foi maior do que o estimado em todos os anos analisados.

Dessa forma, nos anos anteriores não estava nesse tributo a superestimação das receitas. Esta se encontra principalmente em uma receita de capital: operações de crédito.

Um fato no mínimo curioso é tentar compreender o que justificaria a elevação da previsão de receitas com operações de crédito em todos os anos, (aumento de 29% para 2009), se a Prefeitura tem o seu nível de endividamento bem próximo ao limite estabelecido pela LRF, ficando dessa forma impossibilitada de contrair novos empréstimos.

Dessa forma, a Prefeitura arrecadou em 2007 apenas 4% do que foi previsto, e mesmo assim são estimados 255 milhões para 2009. Essa é claramente uma receita fictícia que consta na PLOA apenas para inflar o orçamento.

No âmbito das despesas, o cenário parece ainda mais preocupante. Os investimentos têm uma previsão de queda de 21%, com o agravante de termos uma queda de 10% dos investimentos em educação e 63% em saúde.

Vale salientar que em 2007, o município não cumpriu os 25% de aplicação de recursos de Manutenção e Desenvolvimento de Ensino, deixando de aplicar cerca de 140 milhões. Em 2008, até setembro, já foram menos 120 milhões no ensino, logo, é provável o descumprimento do limite mínimo mais uma vez.

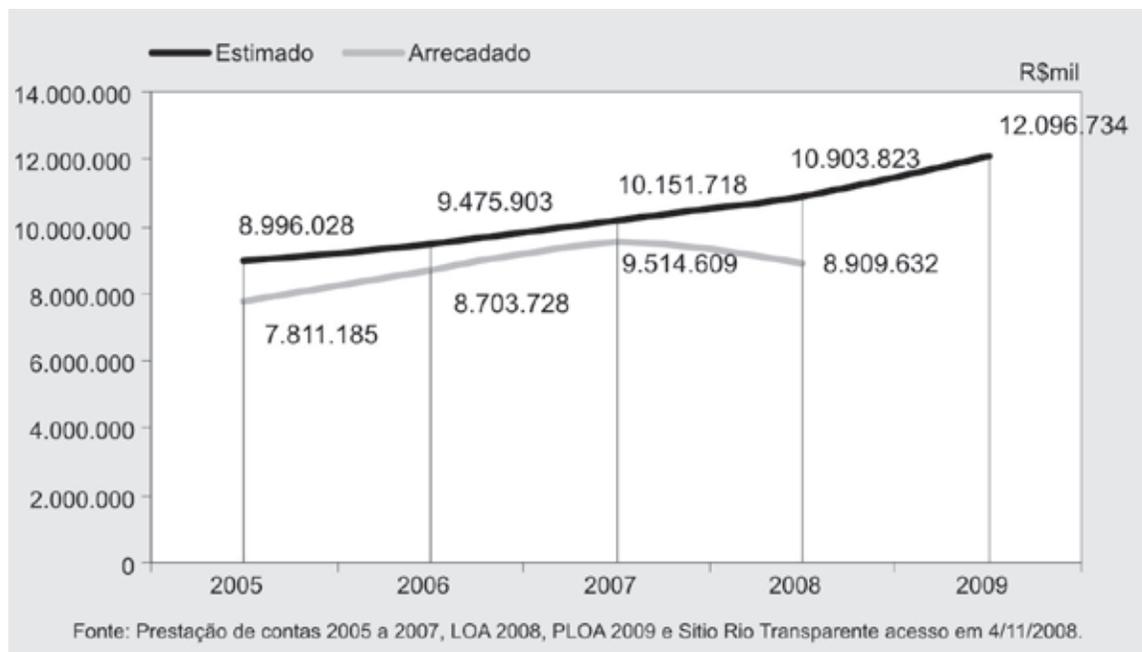
Na contrapartida, a previsão de pagamento de juros e encargos da dívida é 28% maior do que a de 2008. É ainda importante salientar que em 2007 o pagamento de juros e encargos realizado pelo Município do Rio representou 16% do que todos os municípios do Brasil pagaram de juros.

Enfim, a perspectiva de mudança no trato das questões financeiras provocadas pelo terremoto no mercado financeiro mundial ainda não alcançou o orçamento da cidade maravilhosa. Mas diante desta crise, talvez seja possível estancar a sangria dos recursos dos cariocas em prol dos rentistas.

Município de Niterói

Quando se toma por objetivo analisar o orçamento do município de Niterói, a primeira coisa a ser ressaltada é sua tradição de subestimar receitas e despesas. Apesar de alguns considerarem como uma prática conservadora de previsão de arrecadação e gastos objetivando a simples segurança das contas do município, esta pode ser também uma maneira de aumentar a liberdade de ação do Executivo. No Projeto da Lei Orçamentária de 2009 (PLOA) é admitida uma variação de dois pontos percentuais em relação ao percentual

Gráfico 1



projetado para a estimativa das receitas. No entanto, Niterói arrecada tradicionalmente cerca de 17% a mais que a sua previsão. Esse “excesso” de arrecadação representa, em média, mais de R\$103 milhões livres para serem alocados em qualquer programa incluso na LOA.

Para o exercício de 2009, foi previsto arrecadação de R\$897 milhões – um aumento de 19% se comparado ao previsto para o ano anterior, representando uma diferença de R\$142 milhões. As maiores parcelas dessa são dadas pelas receitas correntes ICMS e IPTU, que tiveram um aumento em sua estimativa de 13% e 11% respectivamente. Já as Receitas de Capital tem uma participação irrelevante (0,27% do Total) e uma freqüente disparidade entre previsão (há aumentos previstos de 1500%) e arrecadação efetiva zero.

Pelo lado dos dispêndios, podemos observar um aumento nos investimentos de quase 4% para o exercício de 2009. Embora tendo um peso menor em re-

lação à previsão total de gastos.

Felizmente, em alguns aspectos, a previsão do município de Niterói segue uma lógica diferente em relação ao município do Rio. Além de ter aumentado a previsão absoluta de investimentos, é digno de registro a redução dos gastos com pagamento da dívida. A participação deste no total gasto por todos os municípios do Brasil é de 0,4% e este percentual é razoavelmente constante dentre todas as naturezas de despesa.

Por outro lado, a margem de remanejamento de 30% do total da despesa fixada associada à subestimação das receitas faz com que a Lei Orçamentária niteroiense se torna um cheque em branco dado pela vereança ao prefeito, ao invés de ser uma programação das ações governamentais junto à sociedade.

Tal situação não é uma necessidade imposta para se obter uma administração ágil, responsável e desburocratizada, e sim uma opção política contrária ao avanço da democracia.

Estado do Rio de Janeiro

A Receita estimada para 2009 apresenta um crescimento de 17% em relação ao orçamento para 2008, passando de R\$ 39,9 bilhões para R\$ 46,7 bilhões. A previsão da arrecadação do ICMS é de R\$ 18,5 bilhões, superando em 13,9% à previsão da LOA para 2008 que, aliás, será superada, alcançando cerca de R\$ 17 bi.

Em relação à arrecadação com royalties do petróleo, é mais difícil prever o que ocorrerá ano que vem com as variáveis passando por um período de grande volatilidade. O crescimento previsto de 19,5% (R\$ 5,8 bilhões) é uma grande incógnita. Igualmente significativo e incerto é o aumento de 35,8% nas transferências da União.

Outro destaque é o crescimento de 77,1% das operações de crédito, que podem alcançar R\$ 829 milhões em 2009. Ainda no âmbito das Receitas de Capital, se prevê um aumento

de 40% nas Transferências de Capital, que podem chegar a cerca de R\$ 1,4 bilhão, cuja origem é, sobretudo, a União. Há que se mencionar também que foi mantida a previsão de venda de parte do capital da Cedae estimada em R\$ 1 bilhão (previsto também em 2008, mas não efetivado).

Em relação à despesa, observamos que o dispêndio com Pessoal ativo e inativo fixado para 2009 deve chegar a R\$ 17,3 bilhões, refletindo um crescimento de 12,2% em relação ao orçado em 2008, já considerados os reajustes e admissões.

O custeio tem um crescimento mais expressivo (18,8%) sendo fixado em R\$ 19,5 bilhões. Contudo, o crescimento mais significativo foi o dos investimentos que alcançou 43,3%. Em 2008, o montante orçado foi de R\$ 2,9 bilhões, em 2009 passou para R\$ 4,2 bilhões. É preciso ressaltar, no entanto, que até setembro de 2008 só foram executados cerca de R\$ 500 milhões. A razão é o PAC, pois somente as ações deste programa alcançam R\$ 1,4 bilhão. Também há investimentos significativos financiados com operações de crédito nas secretarias de Obras, de Transporte e na Cedae.

Por fim, fazemos coro com aqueles que defendem a preponderância do Estado na economia, principalmente em momentos de crise como o atual. Entretanto, notamos que o papel de indutor do crescimento do governo estadual está condicionado pelos recursos do governo federal. 

Estudante de Campo Grande vence Concurso de Redação

■ Edilson Pereira de Carvalho, aluno do Colégio Estadual Professor Gonçalves, em Campo Grande, foi o primeiro colocado do IV Concurso de Redação Economista Ignácio Rangel. A solenidade de premiação do concurso, que teve a presença dos 12 estudantes premiados, aconteceu em 20 de novembro, no auditório do Corecon-RJ.

Edilson, que é técnico de manutenção de equipamentos odontológicos, estuda à noite no sistema denominado EJA (Educação de Jovens e Adultos). Ele está no segundo ano do ensino médio (antigo segundo grau).

“Na minha redação, fiz uma crítica ao sistema capitalista, que permite que apenas uma minoria tenha acesso à qualidade de vida. O capitalismo é essencialmente injusto, na minha visão,” afirma Edilson.

O concurso deste ano teve um índice de participação acima do esperado. Alunos de es-

colas públicas na cidade do Rio de Janeiro e em diversos municípios do interior do estado submeteram redações sobre o tema “A Economia e seu Impacto na Qualidade de Vida”. Uma banca integrada por economistas conselheiros do Corecon-RJ e professores da Rede Estadual analisou os textos e escolheu os alunos vencedores. 



Alunos vencedores do Concurso de Redação promovido pelo Corecon-RJ

1º Lugar: Edilson Pereira de Carvalho
Colégio Estadual Professor Gonçalves
Campo Grande – Rio de Janeiro – RJ
Computador com impressora

2º Lugar: Leidiane Telles Baiense
Colégio Estadual Maria Veralba Ferraz
Cachoeiras de Macacu (Papucaia)– RJ
Câmera fotográfica digital Sony

3º Lugar – César de Souza Pereira
Colégio Estadual Benjamin Constant
Santo Cristo – Rio de Janeiro – RJ
Câmera fotográfica digital Sony

4º Lugar – Vinícius de Assis Bastos
Escola Técnica Estadual Oscar Tenório
Marechal Hermes – Rio de Janeiro – RJ
MP4 Player

5º Lugar – Jéssica Maeve Vilas Boas Amaral
Colégio Estadual Nilo Peçanha
São Gonçalo – RJ

MP3 Player

6º Lugar – Vanessa Félix Gomes
Colégio Estadual Professor Horacio Macedo
Maria da Graça – Rio de Janeiro – RJ
Bolsa integral da Cia. dos Módulos
(cursos para concurso público)

7º Lugar – Alain Glauco Rodrigues e Souza
Colégio Estadual Manuel de Abreu
Niterói (Icaraí) – RJ
Bolsa integral da Cia. dos Módulos
(cursos para concurso público)

8º Lugar – Kelly Medeiros de Souza
Colégio Estadual Amaro Cavalcanti
Largo do Machado – Rio de Janeiro – RJ
Final de Semana em Paraty na Pousada Villa
Harmonia + 2 acompanhantes

9º Lugar – Paula Helena Dias Damas
Colégio Estadual João Kopke

Engenheiro Paulo de Frontin – RJ
Final de Semana em Paraty na
Pousada Villa Harmonia
+ 2 acompanhantes

10º Lugar – Andreza Raquel D. Melo e Silva

Escola Técnica Estadual Oscar Tenório
Marechal Hermes – Rio de Janeiro – RJ
Bolsa 50% da Cia. dos Módulos
(cursos para concurso público)

11º Lugar – Gissele de Moura Tribuno

Escola Técnica Estadual Oscar Tenório
Marechal Hermes – Rio de Janeiro – RJ
Bolsa 50% da Cia. dos Módulos
(cursos para concurso público)

12º Lugar – Amanda Cristina Anjo dos Santos

Escola Técnica Estadual Oscar Tenório
Marechal Hermes – Rio de Janeiro – RJ
Bolsa 50% da Cia. dos Módulos
(cursos para concurso público)

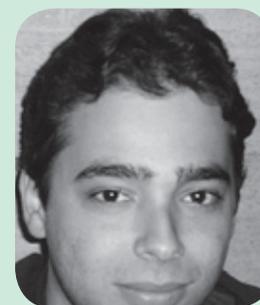
Resultados preliminares da Anpec

■ Quando esta edição do Jornal dos Economistas fechou, a primeira das três rodadas da seleção realizada pela Anpec (Associação Nacional de Pós-graduação em Economia) estava em andamento. Já se sabia, no entanto, que dos 20 alunos da turma do curso preparatório da Anpec realizado pelo Corecon-RJ em 2008, dois terços ou mais estarão colocados em alguns dos centros para os quais foram convidados.

Abaixo, alguns alunos que já decidiram onde ficar. Parabéns aos professores e alunos!



Diogo Machado - UFF



Fernando Golçalves - UERJ



Glaudiane Almeida - PUC-RGS



Alessandra Araujo - UFF



Aziz Calzolaio - UFRGS



Daiane Rodrigues - UFES



Igor Veiga - UFF



Joilson Cabral - UFJF



Luiz Eduardo Pimentel - UFF